

Trajetória de um Conceito: Patrimônio, entre a Memória e a História

Lucia Silva ¹

¹Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, lrentesilva@ig.com.br

Resumo: *O texto percorre os vários significados do conceito patrimônio, da concepção não moderna à construção e escolha de uma definição pelo Estado contemporâneo.*

Palavras-Chave: *Patrimônio. História. Estado.*

The trajectory of a concept:

Heritage, between memory and history

Abstract: *The article shows the various meanings of the term heritage, of the not modern conception to the construction and choice of a definition by the contemporary State.*

Keywords: *Heritag. History. State.*

A categoria patrimônio é um potente instrumento analítico para entender a vida social e cultural no mundo atual, quando utilizamos o conceito patrimônio cultural é a dimensão cultural do patrimônio que estamos querendo discutir; ao mesmo tempo em que, e isto se percebe muito pouco, também estamos falando da dimensão patrimonial da cultura.

Patrimônio enquanto categoria de pensamento, tal como apontou Gonçalves (2003), é polissêmica, envolve vários sentidos e assume no mundo moderno três dimensões, pois é categoria jurídica, política pública e instrumento de comunicação social. Patrimônio é um bem que porta Valor.

Utiliza-se patrimônio em sua concepção moderna, esquecendo-se que enquanto categoria ele deve ser pensado historicamente, pois seu sentido variou no tempo e no espaço. Segundo Reginaldo Gonçalves em “ressonâncias, materialidade e subjetividade”, patrimônio deve ser entendido como mediador entre mortos e vivos, deuses e homens, nacional e estrangeiro, podendo ser pensando como fato social total, tal como apontando por Mauss. Um parêntese, Gonçalves (2003) já havia utilizado o conceito de Mauss ao analisar a noção de patrimônio entre culturas não modernas. Neste texto mais antigo o autor ressalta a importância da categoria na vida social daquelas coletividades, na medida em que as características de um bem patrimonial estavam

intimamente ligadas ao seu possuidor e estas eram intransferíveis. Um amuleto portava determinadas características mágicas que seu possuidor carregava, pois era a extensão das características de seu possuidor. Apesar de o patrimônio está ligado à posse, não tinha o sentido de propriedade. Um exemplo do que está sendo descrito pode ser visto nas análises sobre a Grécia arcaica quando se estuda a experiência do culto aos antepassados dentro dos *genos*. Outra característica das culturas não modernas era que nem sempre a idéia de patrimônio estava atrelado a idéia de preservação, às vezes a reunião destes bens se dava para a destruição ou distribuição.

O conceito moderno de patrimônio está ligado à existência do Estado Nacional, mas esta relação não é aparente, principalmente porque o uso em uma variedade de discursos, tais como patrimônio econômico, financeiro, familiar, cultural, arquitetônico, ecológico, etc; naturalizou-o. Hoje a noção de patrimônio se confunde com a de propriedade, principalmente com a herdada, reforçando a conotação utilitarista.

Gonçalves (2005) ainda aponta entre muitas características algumas que são inerentes ao patrimônio enquanto conceito moderno. A primeira delas seria a ressonância, isto porque não basta o Estado consagrar um bem como patrimônio, o bem precisa articular a precária e tênue ligação do presente com o passado. Digo precária porque essa ligação está sempre por um fio, prestes a virar outra coisa; porque da mesma forma que há inúmeras motivações no presente para se voltar ao passado, não há esse passado, ele é uma construção/representação, mas também algo oculto, tal como apontado por Proust, incontrolável que funciona à nossa revelia, daí a comunidade precisar respaldar o que foi consagrado pelo Estado.

Outra característica do patrimônio é a sua materialidade, mesmo que seja intangível ou imaterial. Para Gonçalves o conceito articulado à concepção antropológica da cultura, valoriza as relações sociais e simbólicas e estas no limite podem ser pensadas a partir da oposição entre o material e o espírito, tal como faz Barkhtin (1993), tornando-o indistinto na categoria. A terceira característica giraria em torno da construção das subjetividades. Patrimônio por estar ligado ao passado, como algo herdado ao mesmo tempo em que construído/adquirido, tem inúmeras possibilidades de correlações, todas gerando e necessitando de autoconsciência. Essas características fazem do patrimônio uma categoria de pensamento, poderoso instrumento de análise da sociedade atual.

Agora vejamos como foi construído historicamente o conceito moderno. Patrimônio tal como se concebe na atualidade emerge com estado moderno, mais especificamente, com diria Hobsbawm (1990), com estado-nação. Nasce como noção operatória principalmente porque essa nação necessitava ser imaginada (Anderson, 2005), pois o que definia uma nação não podia ser aplicada a nenhum país no período em que estava sendo criada na Europa. Sem adentrar a esta discussão, o importante reter é que patrimônio atrelado ao estado-nação se constituiria na retórica da perda não só no Brasil já no século no XX, mas na Europa no final do XVIII e XIX com os exemplos da Revolução Francesa e Vandalismos na Inglaterra. Para entender esta dinâmica é necessário, tal como fez Hobsbawm, grosso modo, articular a idéia de estado como extensão dos grupos dominantes (nunca sem tensão) e nação como o coletivo se sobrepondo ao particular (interesse público contra os privilégios da aristocracia). Assim, estado-nação emerge como entidade política com unidade territorial cuja base é o exercício da cidadania, política por excelência, e não como cultura. O exercício deste

compromisso patrocinado pelo Estado garantiria a unidade do povo-cidadão sob um território finito; mas se o espaço era finito o tempo não, e o Estado deveria ter uma espessura histórica para garantir esse compromisso.

Segundo Choay (2001), essa espessura histórica seria dada pelo efeito de nacionalização dos bens tombados. A comissão dos monumentos históricos na França, por exemplo, tinha de manter uma determinada memória coletiva pela conservação de um valor, porque portava uma “essência” histórica ou representava a arquitetura erudita ou arqueologia. Patrimônio, Estado e Valor passam a ser acionados para dar sentido à prática de colecionar, selecionar, dispor e valorar um bem. Ainda segundo Choay nesse processo se recupera o poder mágico do patrimônio, pois o artefato humano investido de sua função memorial se apresenta como despolitizado/natural, símbolo de uma história/memória que está em perigo e precisa ser preservado; é na realidade instituído por um processo de ações em arenas políticas feitas por instituições que valoram um bem com base em saberes e na crença que a nação tem um passado.

A comissão dos monumentos históricos tinha de manter uma memória coletiva pela conservação de um valor. Neste contexto, os antigos antiquários e os gabinetes de curiosidade dão lugar aos profissionais e as instituições que guardam a memória da nação. O patrimônio de então era patrimônio nacional, o sentido universalista era acionado, tanto para compor o nacional quanto para minimizar as diferenças.

No caso do Brasil, a estratégia foi a mesma, o problema era que no primeiro momento o que era de excepcional valor estava ligado à cultura européia do colonizador, ainda assim tal como aponta Oliveira (2008), o patrimônio de pedra e cal principalmente ligado ao barroco foi um potente discurso que serviu de narrativa a nação.

Segundo Gonçalves (2002), patrimônio cultural no Brasil pode ser pensado entre outras coisas como formação discursiva produzida pelos intelectuais dos anos 20 e 80 como narrativas nacionais. Utilizando-se de conceitos como memória e identidade o objetivo era a de construir uma comunidade imaginada tal como definida por Anderson (2005).

Um pequeno parêntese. Esta tese defendida nos anos 90 na antropologia carrega todas as discussões daquele momento. O autor, naquele momento associava a noção de perda que o patrimônio carrega consigo com o conceito de alegoria, para dar conta da comunidade imaginada, ainda na forma de narrativa. Ao fazer isto confirmava as categorias cultura e tradição como conceitos socialmente/ historicamente construídos. Hoje seus textos, já pensando patrimônio como fato social total a partir da noção de Mauss incorporou outras problemáticas como o da ressonância, materialidade e subjetividade (2005).

Comunidade imaginada materializaria o processo de objetivação cultural. Objetivação cultural seria então o movimento que transformaria conceitos abstratos, fora do tempo e do espaço em algo concreto e situado, em entidades como nação e cultura. A naturalização destes conceitos, inclusive o de identidade, se daria em uma narrativa imaginativa acerca de uma determinada realidade.

Ainda fazendo o percurso de Gonçalves (2002), patrimônio é constituído narrativamente como alegoria, ou seja, constituído para representar uma coisa cujo sentido era significar outra. A nação se constituía em um processo de perda. O patrimônio era como semióforo que materializava esta perda. A identidade nacional estava sendo construída

em meio ao processo de desaparecimento. A nação, vista como objetivada, autorizava o tratamento e a preservação do patrimônio. O patrimônio instituído era ao mesmo tempo produto e produção desta objetivação cultural. A nação enquanto entidade naturalizada, única, servia de referência aos repositórios de significados que seriam utilizados na constituição do patrimônio. Somente neste sentido pode ser pensada a proteção do patrimônio como proteção da nação.

Fonseca (2005) analisa a institucionalização do patrimônio no Brasil, neste processo o patrimônio é formulado como documento identiário da nação, não só porque era testemunho incontestado de um passado em comum, mas principalmente como prova a ser protegida do desaparecimento, reforçando a coesão nacional. Grosso modo, os modernistas buscavam, principalmente Rodrigo de Andrade, travar grandes batalhas pela causa de um tipo de patrimônio, porque sua narrativa se assentava em um passado, em uma história e uma memória.

Esse passado é seletivo, pois o que esses saberes faz é recortar um determinado passado. Le Goff (2005) aponta como característica do historiador positivista do século XIX a produção de documento, pois os monumentos enquanto evocações do passado seriam analisados a partir de uma crítica interna com o objetivo de confirmação da autenticidade e garantindo a circunstancialidade da atribuição. Saberes passam a fornecer à memória coletiva instrumento de suporte com a atribuição de valor, produzido pelas instituições de memória.

Patrimônio passava a ter a função pedagógica de coesão, ainda que não representasse a todos. As instituições de memórias buscaram criar vínculos com passado e não ligar-se a eles, exatamente porque nestas instituições o processo de atribuição de valor é sempre circunstancial. Instituição ligada ao poder e com poder de selecionar e decidir o que preservar, ela produz “lugares de memória” Nora (1993), e estes em última instância, estão mais ligados a uma história que a memória. Não a uma história qualquer, mas a deturpada e petrificada, aquela sem mudança que fixa uma memória, daí efetivamente escapar da história. Os objetos (virtuais ou não) são organizados e hierarquizados pelas instituições de memória em torno desta fuga da história. O patrimônio, enquanto formação discursiva seria estratégico para o Estado, pois permitira a destruição do passado, mantendo apenas um passado. Patrimônio então assume plenamente suas três dimensões enquanto categoria jurídica, como política pública e comunicação social.

O conceito, quando articulado à noção de civilização, seria investido de aura mágica como ícone de guardião da memória (principalmente a nacional), quando ligado a noção antropológica de cultura se reveste de possibilidade de representação dos diferentes grupos sociais, ainda assim não se deve perder de vista que patrimônio é um conjunto de objetos (materiais ou não) investidos de valores (frutos de processos conflituosos), estes produto de práticas específicas engendradas pelas instituições no interior dos Estados. Contendo várias facetas, o patrimônio como monumento, isto é, em sua capacidade evocativa do passado ou enquanto possibilidade de memória, tentativa de fruição sincrônica do que é diacrônico, é uma porta que nos possibilita imaginar, negociar sentidos e ir para diferentes mundos, tempos e espaços (Chagas, 2005). Mas patrimônio segundo Canclini (1998) expressa cumplicidade social. Sem adentrar nesta discussão, política por excelência, sobre as correlações de força entre os diversos guardiões da

memória que compõe o Estado, podemos ter dois níveis apreensão do processo de valoração do patrimônio.

A primeira aproximação, segundo Fonseca (2005), parte da idéia de o patrimônio ser um signo com dimensão material e simbólica, produto de atribuição de valor, na medida em que ele tem a capacidade de criar um sentimento de pertencimento e de representar consenso e minimizar a diversidade. No processo de valoração (patrimonialização) o bem passa a ter um duplo valor, o valor material que permite inseri-lo ao mercado, e o valor simbólico, pois ele é representativo de alguma coisa, marco identitário que pode se remeter à nação, à comunidade, ou a um grupo. Segundo Argan (1995), referindo-se as obras de arte, a atuação do especialista gira em torno do reconhecimento dos sinais que provam a existência de elementos que transcendem ao comum, identificando-os em sua singularidade ou em sua universalidade (a obra faz parte do universal da arte, mesmo que só descortine a fração sensível dela) sendo possível então a fruição. Embora tendo um duplo valor, há uma distinção entre esses valores e o que a torna única se naturaliza na feição material. Normalmente o que se discute e cuida, virando inclusive objeto de política, é o material.

O argumento de Argan utilizado para mostrar como um bem é designado de obra de arte pode ser traduzido para o intrincado processo de valoração do patrimônio. Um bem é denominado de patrimônio quando há consenso de um valor atribuído. Este valor está ligado à memória e ao passado. O patrimônio assume a dimensão instrumental de ser a ligação entre o presente e o passado seja pelo componente histórico ou o estético. Nem sempre o que um grupo considera patrimônio é consagrado como tal pelo Estado, mas ainda assim o processo de valoração se deu, e aquele bem (material ou não) passou por um processo de atribuição de valor, para além do valor material existe o valor cultural e este, em última instância, justifica todas as ações que serão tomadas em prol da defesa daquele bem.

A capacidade de o bem ser testemunha de uma história e se remeter a uma memória, ou porque o objeto tem valor artístico (também representativo de métodos construtivos) o investe então de sua função memorial permitindo a evocação de uma determinada fruição, garantindo uma atribuição de valor. A idéia de excepcional valor, não no sentido de único ou de autêntico (foi por muito tempo utilizado como critério de valoração), mas na sua condição de emocionar, transformando-o em patrimônio. O patrimônio em suas diversas acepções (paisagístico, arqueológico, histórico, arquitetônico, etc) deve ser capaz de emocionar, de levar a fruição seja por sentimento de pertencimento ou pela estética.

Neste nível de apreensão da constituição do patrimônio devemos ter em mente que este processo pode ser feito por qualquer grupo e o valor atribuído deve fazer sentido para quem o atribui, o que significa mobilizar um conjunto de relações simbólicas. Tal como aponta Choay (2001), patrimônio tem uma natureza afetiva e deve ser capaz de trazer o passado como lembranças ao presente, produzindo uma nova duração das coisas. Utilizando o conceito de registro de historicidade proposto por Hartog (2006) (diferentes modos de articulação das categorias do passado, presente e futuro) patrimônio deve ser inserido no antigo regime de historicidade, pois é um passado que está e chega ao presente.

Existe uma outra forma de apreensão, este produto de um processo de valoração a partir da atuação de um grupo de profissionais ligados a cultura, com aquilo que Chauí (1993) denominou de “discurso competente” acerca do patrimônio. A dimensão histórica ou estética também é operativa neste processo de valoração. O patrimônio esconde esse processo, que só pode ser aprendido em seu processo histórico.

Atualmente as duas possibilidades de conformação de patrimônio estão em embate em nossa sociedade, principalmente porque vivemos naquilo que Gomes (2007) chamou de sociedade de culturas de direitos, onde os diversos grupos querem acionar elementos que conformam suas identidades sociais.

Para finalizar, patrimônio é produto de atribuição de valor cultural, este muda ao longo do tempo, mas o que permanece é a dimensão simbólica atribuída ao valor como excepcional. Excepcional por quê? Porque é instrumento de construção de identidade e atrelado à memória é constituinte da vida

Referências Bibliográficas

- Anderson, Benedict (2005). *Comunidades imaginadas*. Reflexões sobre a expansão do nacionalismo, Lisboa, Ed.70.
- Argan, Giulio (1995). *História da arte como história cidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bakhtin, Mikhail (1993). *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. 2. ed. São Paulo: Hucitec.
- Canclini, Nestor (1994) Patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio*, 23.
- Chagas, Mario (2005). Casas e portas da memória e do patrimônio. In: Gondar, Jô e Dodebei, Vera (orgs). *O que é Memória Social?* Rio de Janeiro: contracapa.
- Chauí, Marilena (1993). *Cultura e Democracia*. 6 ed. São Paulo: Cortez.
- Choay, Françoise (2001). *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp.
- Fonseca, Maria Londres (2005). *Patrimônio em processo: trajetória da política de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN.
- Gonçalves, Reginaldo (2005). Ressonâncias, materialidade e subjetividade. *Horizontes Antropológicos*, 23.
- Gonçalves, Reginaldo (2003). Patrimônio como categoria de pensamento. In: Abreu, Regina e Chagas, Mario (orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DPA.
- Gonçalves, Reginaldo (2002). *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: edUFRJ/IPHAN.
- Gomes, Ângela de Castro (org) (2007). *Direito e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: edFGV.
- Hartog, François. (2006). Tempo e patrimônio. *Varia História*, 22.

Hobsbawm, Eric. (1990) *Nação e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Le Goff, Jacques (2005). *Historia e memória*. 5 ed. Campinas: Unicamp.

Nora, Pierre (1993). Entre memória e história. *Projeto Historia* 10.

Oliveira, Lúcia Lippi (2008). *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: edFGV.